

Dossier

Mulheres na imprensa periódica colonial:
discursos e representações

ENTRE SILÊNCIOS E INTERFERÊNCIAS: MULHERES NA IMPRENSA COLONIAL

Jessica Falconi* e Doris Wieser**

Abordar a presença das mulheres na imprensa periódica colonial do antigo império português significa tentarmos definir, ainda que provisoriamente, os aspetos principais do «objeto» de reflexão proposto no dossier que se apresenta.¹ Em primeiro lugar, ao propormos uma abordagem conjunta, sob o termo «colonial», da imprensa periódica publicada tanto na antiga metrópole, quanto nos diversos espaços colonizados por Portugal, apontamos para algumas perspetivas da historiografia sobre os colonialismos europeus que têm vindo a estilhaçar as visões polarizadas, analisando as reverberações sociais e políticas entre metrópoles e colónias, os trânsitos de ideias e imaginários, bem como a dimensão «fabricada» da diferença (Burton 1994; Cooper e Stoler 1997).

Alargando o foco nacional da abordagem de Benedict Anderson (1991) do papel da imprensa na construção de comunidades imaginadas, alguns estudos analisam o modo como a imprensa periódica foi uma ferramenta incontornável para alimentar ideias e narrativas das identidades europeias transplantadas nas colónias (Codell 2003), que nunca se constituíram como simples reproduções das

* Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina/Investigação em Ciências Sociais e Gestão, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, 1249-078 Lisboa, Portugal.
Endereço postal: Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, Rua Miguel Lupi, n.º 20, 1249-078 Lisboa.

Endereço eletrónico: jessicafalconi@iseg.ul.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7496-8274>

** Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1600-214 Lisboa, Portugal.

Endereço postal: Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.

Endereço eletrónico: dwieser@letras.ulisboa.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6613-3338>

¹ O dossiê resulta do painel «As 'mulheres' e a imprensa periódica colonial» organizado no âmbito do Congresso Internacional *Política e Cultura na Imprensa Periódica Colonial*, que teve lugar de 22 a 25 de maio de 2017, junto do CHAM-Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa, em parceria com o CEI-IUL-Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e o CEC-Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O Congresso foi uma iniciativa do Grupo Internacional de Estudos da Imprensa Periódica Colonial do Império Português, criado por Sandra Ataíde Lobo (CHAM-UNL), Adelaide Vieira Machado (CHAM-UNL) e Cátia Miriam Costa (CEI-IUL). Ao Grupo aderiram várias entidades e investigadoras e investigadores de diversos centros de pesquisa.

sociedades metropolitanas (Stoler 1989). Ao mesmo tempo, foi através da imprensa periódica que as populações metropolitanas imaginaram a pertença a uma nação imperial, consumindo, no caso português, aquilo que Leonor Pires (2015) definiu como «um império de papel». Pelas suas circunstâncias e dimensões materiais – circulação de pessoas e notícias; publicação simultânea em lugares distintos –, a imprensa periódica foi um dos meios mais poderosos para «juntar» metrópoles e colónias num «espaço virtual impresso» (Codell 2003, 18), sem deixar de alimentar, simultaneamente, a construção de distintas identidades locais.

Por outro lado, a imprensa periódica funcionou como terreno fértil para o despontar de discursos contestatários e como meio de construção do pensamento anti-colonial, não apenas nas diversas colónias, mas também no coração das nações metropolitanas, o que reforça a viabilidade de uma abordagem que ilumine tráficos e trânsitos. Um caso paradigmático é o da revista pan-africanista *Présence Africaine*, fundada por Alioune Diop em Paris. No caso do império português, destaca-se *Mensagem*, órgão da Casa dos Estudantes do Império, ao qual voltaremos adiante.

No entanto, o adjetivo «colonial» para definir a imprensa periódica produzida no espaço-tempo do império português, ao justapor, por exemplo, publicações de pendor colonialista e outras de cunho oposto não deixa de carregar as assimetrias constitutivas das relações coloniais, baseadas no género, na raça, na classe, etc. No que se refere às assimetrias de género, como demonstram alguns artigos incluídos neste dossier, a imprensa periódica colonial foi, em larga parte, produzida por e dirigida para sujeitos masculinos, configurando-se como, nas palavras de Jeanne Marie Penvenne, «uma conversa entre homens».² Se, por um lado, se trata de um dado real, por outro, esta leitura corre o risco de perpetuar uma visão parcial dos empreendimentos coloniais como factos essencialmente masculinos. Trata-se de uma visão que a historiografia feminista sobre os impérios europeus tem vindo a desafiar, abordando tanto a multiplicidade de papéis desenvolvidos pelas mulheres, quanto a natureza *gendered* das construções ideológicas imperiais (McClintock 1995; Levine 2004).

No que se refere ao caso português, em que a reflexão sobre mulheres, império e colonialismo é ainda esporádica e recente, cabe realçar que a produção mais significativa foca as mulheres (brancas) e o Estado Novo (Ferreira 1996; Pimentel 2001), ou as mulheres (brancas) e a guerra colonial (Ribeiro 2007),³ deixando em aberto uma articulação mais sistemática entre feminismo, imperialismo e colonialismo. Num artigo recente, Sílvia Espírito Santo – autora incluída neste dossier – começa a preencher esta lacuna, observando que permanecem

² A expressão foi utilizada por Penvenne na conferência intitulada «Portuguese Colonial-Era Newspapers & Periodicals: Silences, Fragments and False Firmaments», proferida no Congresso Internacional *Política e Cultura na Imprensa Periódica Colonial*, Lisboa, 21 de maio de 2017.

³ No que se refere à participação das mulheres nos movimentos de libertação e na luta pela independência, veja-se Casimiro (2005) e Paredes (2015).

pouco estudados, em nossa opinião, os mecanismos ideológicos que estruturaram a «consciência colonial» das mulheres portuguesas. Circunstância que pode estar relacionada tanto com uma visão sexista do acto colonizador como com o facto de o tema se inscrever num território ideológico em que tendem a perdurar múltiplas sensibilidades (S. Espírito Santo 2015, 91).

Se nos virarmos para o domínio dos estudos da imprensa periódica colonial, notaremos uma constante invisibilidade das mulheres, das questões de género e mais ainda da interseccionalidade entre género e racialização. O caso de Moçambique é um exemplo significativo, na medida em que a imprensa aí publicada tem sido objeto de reflexão em diversos estudos, funcionando também como fonte privilegiada para várias áreas do saber. O trabalho de catalogação levado a cabo por Ilídio Rocha (2000) é, até à data, o levantamento mais exaustivo das publicações periódicas editadas naquela colónia, e constitui uma ferramenta incontornável para qualquer aproximação a esta produção. Contudo, ao folhear-se tanto o estudo introdutório, quanto o catálogo dos periódicos e seriados de Moçambique entre 1854 e 1975, inclusive os índices analíticos e onomásticos, as mulheres primam pela ausência. Feita exceção por uma referência a um jornal ligado à Mocidade Portuguesa Feminina que tinha uma redatora, a existência de mulheres colaboradoras ou até destinatárias, é completamente invisível. Se, por um lado, esta invisibilidade se deve a uma presença, de facto, quantitativamente exígua, por outro lado, cabe perguntar se o conjunto de categorias utilizadas por Rocha para descrever as várias tipologias de imprensa (católica, republicana, operária, etc.) e dos critérios de classificação dos dados recolhidos não terão contribuído, de forma significativa, para esta circunstância. Por outras palavras, definir os limites entre ausência factual, invisibilidade e invisibilização é algo que remete para os pressupostos metodológicos e epistemológicos da construção dos saberes historiográfico, bibliográfico, arquivístico, etc. Nesta perspetiva, o desafio de indagar a presença de mulheres na imprensa periódica colonial é motivado por uma inquietação que é transversal a diferentes disciplinas, e que se prende com a necessidade de reler fontes, arquivos e cânones, não apenas de acordo com uma abordagem «recupacionista», mas assumindo o género como categoria que molda a própria construção dos saberes, tal como propunha Joan Scott (1986) no seu ensaio seminal sobre género e historiografia. Em todas as áreas disciplinares, a crítica feminista e os estudos de género têm impulsionado inúmeros projetos deste tipo, com o objetivo de localizar tanto as mulheres, quanto os efeitos das construções de género na produção do conhecimento.

Um campo relevante onde localizar as mulheres como sujeitos históricos no contexto do colonialismo português tem sido o dos estudos das literaturas das antigas colónias. De facto, a íntima ligação entre imprensa periódica e o fenómeno literário tem proporcionado um terreno de indagação no qual recuperar a escrita das mulheres junto da imprensa de cariz mais marcadamente literário, constituída

por materiais heterogéneos, como revistas, suplementos, colunas e páginas literárias. Nestas, as mulheres colaboraram com poemas, contos, crónicas, excertos de romances. Como defendem alguns artigos incluídos neste dossier, havia uma certa «facilidade» para algumas mulheres em ter acesso às seções literárias das publicações periódicas, de acordo com uma lógica de «confinamento» da sua escrita para espaços supostamente desprovidos de implicação política e social.

Algumas mulheres não abordadas neste dossier merecem um breve comentário, uma vez que alcançaram uma projeção maior, como poetas e/ou políticas: Alda Lara, Alda Espírito Santo e Noémia de Sousa. Todas elas publicaram poemas e artigos no órgão da Casa dos Estudantes do Império (CEI), *Mensagem*, mas não só. Organização estatal, fundada em 1944, com sede em Lisboa e delegações em Coimbra e no Porto, destinada a organizar atividades culturais, desportivas e recreativas para estudantes das colónias, com um intuito assimilacionista, a CEI transformou-se ao longo dos anos num espaço de politização anticolonial, e foi encerrada pela PIDE em 1965. O seu órgão de publicação era a *Mensagem*, concebido inicialmente, entre os anos 1948 e 1952, como «circular». Após a interrupção da publicação entre 1952 e 1957, devido a uma fase de administração estreitamente ligada ao regime do Estado Novo, a *Mensagem* continuou a ser publicada até 1964, agora como «boletim», nunca tendo passado a ser «revista» (Laranjeira 1996, XVIII).

A participação da jovem Alda Lara (1930-1962) começa justamente no primeiro número, verificando-se um teor conservador inicial nas suas contribuições, que diz respeito à finalidade que o Estado Novo atribuiu à CEI, que Hedges e Chilundo caracterizam como «uma associação legalizada, cujo objectivo era enquadrar as actividades sociais dos jovens ‘assimilados’ das colónias, e desenvolver o sentimento patriótico como ‘lusitanos’ entre a elite dos estudantes das colónias» (1999, 208).

Nascida em Angola (Benguela), filha de colonos, Alda Lara deslocou-se a Portugal, onde terminou o liceu e estudou medicina em Lisboa e Coimbra. Na sua palestra de boas-vindas aos caloiros recém-chegados a Lisboa dos territórios colonizados, intitulada «Os colonizadores do século XX» (1948), classifica os portugueses que emigraram para as colónias africanas no século XX como «colonos modernos». Elogia os grandes esforços que fizeram ao enfrentar as adversidades do clima, da malária e o seu trabalho árduo, criando assim uma imagem heroica que contrasta com a imagem do colonizado, retratado como um ser inferior, em concordância com a ideologia colonial do regime: «Hão de trabalhar como loucos, anos seguidos, lado a lado com o indígena inculto, muitas vezes estúpido, quase sempre indolente!» (Lara 1948a, 4).

A visão que elabora para a sua geração é a de serem «colonizadores futuros». Apregoa que sentirão o desejo e terão o dever de voltar a África para dar continuidade ao trabalho civilizatório. Lara, arraigada ainda na naturalização dos papéis de género patriarcais, coloca uma maior responsabilidade nos rapazes, visto que eles, casando-se em Portugal, poderão levar as suas esposas para Angola, enquanto

que as raparigas que se casam em Portugal terão que ficar na terra dos maridos: «A verdade, porém, é que em casos de domínio, alguém tem de ser o dominado, e as raparigas neste caso são quem se submete» (Lara 1948a, 8). Às raparigas portuguesas, futuras colonas, atribui a tarefa de serem médicas, professoras, missionárias, esposas, mães e educadoras dos indígenas, discurso baseado na ideologia salazarista. O texto termina com uma forte manifestação patriótica que ainda não deixa entrever quaisquer faíscas de desejo de independência: «É indispensável entendermos até que ponto podemos servir Portugal, se soubermos partir desinteressadamente, lado a lado, e estreitar com mais força os laços que unem a Metrópole à grande colónia [Angola]» (Lara 1948a, 9-10).

A inclusão, no mesmo número da *Mensagem*, do poema «Regresso» (1948b, 17), de Alda Lara, coaduna-se com a posição exposta. O poema dialoga de forma direta com o texto da palestra, expressando uma forte saudade de Angola e um desejo irreprimível de voltar. As batucadas mencionadas no poema ficam como música em *off*, porém, o eu lírico não faz parte das pessoas que tocam ao longe: «Saudade das batucadas, / que eu nunca via, / mas pressentia, / em cada hora, / soando pelos longes, / noite fora» (1948b, 17). Alfredo Margarido afirmaria no seu «Esboço de interpretação da poesia de Alda Lara», publicado na *Mensagem* em 1962, por ocasião da morte da poeta, que «Alda Lara conhece a existência de um povo, mas as suas preocupações nunca são profundamente sociais, ou pelo menos não compreende ela os problemas ao nível da «acção histórica dos grupos»» (M. [=Margarido] 1962, 17). Ambos, a palestra e o poema, demonstram, em palavras de Laura Padilha, «como a jovem intelectual daqueles anos 40 seguia o modelo imposto pela ordem colonial, até então incontestável» (2012, 214).

Em 1949, a *Mensagem* publica outro poema de Alda Lara, «Rumo», que mostra como a escrita desta autora evoluiu em direção a uma maior preocupação pela formação de uma possível angolanidade inclusiva. Em «Rumo», a poeta constrói um «nós» que tenta abranger brancos e negros – «e se tu és negro/ e eu sou branca, / a mesma Terra nos gerou!...» (Lara, 1949, 5) –, não só por partilharem o lugar de nascença, mas também vivências. A poesia de Lara testemunha a dificuldade de uma busca identitária, de uma mulher branca, nascida em Angola, que se identifica com a terra de nascença, e que a determinada altura se esforça em identificar-se com as pessoas negras originárias desta mesma terra, bem como compreender melhor a sua condição social e política. O seu percurso acompanha até certo ponto a paulatina politização da CEI.

Alda Espírito Santo (1926-2010), nascida em São Tomé e Príncipe, constitui um interessante caso de comparação. Ao contrário de Alda Lara, Alda Espírito Santo foi uma mulher negra que, além de ser escritora, desempenhou várias funções no governo de São Tomé e Príncipe no pós-independência, sendo também a autora do hino nacional deste país. Durante os seus anos de estudo em Portugal, publicou um texto em prosa intitulado «Luas de África», na *Mensagem* de 1949. Neste texto, a autora tenta corrigir a imagem exotizante colonial de África, contrastando-a com a

«África real», simbolizada pelo sofrimento das mulheres negras. Partindo do sofrimento do presente, também ela constrói uma projeção ao futuro. Contudo, em vez de imaginar «os colonizadores futuros», imagina «as negras do futuro»: «eu quero-as mulheres, com direitos, e não as quero escravas dos homens, da sociedade inteira e de velhos preconceitos» (A. Espírito Santo 1949, 12). Ao identificar os mecanismos de opressão das mulheres negras, a autora cria um discurso claramente anticolonial e feminista. Na colocação «eu quero-as mulheres» repercute o problema da não-representatividade das mulheres negras nos discursos sobre os direitos das mulheres, cujo efeito, Lugones (2010, 745) denunciará muito mais tarde ao identificar que as mulheres negras não eram propriamente consideradas mulheres, mas fêmeas (animalizadas), e foram, portanto, excluídas das reivindicações feministas. Espírito Santo denuncia precocemente tanto a opressão colonial das pessoas negras em geral, como a opressão patriarcal das mulheres negras em específico, arraigada tanto na cultura colonial como nalgumas culturas africanas. Para ela, a voz da mulher negra é silenciada pela indiferença dos homens (brancos ou negros) e das mulheres (brancas): «Ela não encontra eco. Por isso a sua voz não se levanta. Morre na distância» (Espírito Santo 1949, 13).

A construção identitária também ocorre noutros moldes na poesia desta autora. O poema «Para lá da praia», publicado na *Mensagem* em 1959, cria uma forte conexão entre a terra, São Tomé e Príncipe, e o adjetivo «moreno» que sintaticamente é atribuído à cor da praia, mas metaforicamente se refere à cor da pele das pessoas que habitam estas terras: «Baía morena da nossa terra/ vem beijar os pezinhos agrestes/ das nossas praias sedentas». O uso frequente dos possessivos «nossas» e «minha» reforça esta conexão, visto que se junta tanto com elementos da natureza como com as pessoas. A autora inclui claramente na ideia de um «nós» os mais fracos da população, as crianças mal alimentadas: «os ventres inchados/ da minha infância», construindo-se o eu lírico como parte da população sofrida.

Ora, o eu lírico é um eu politizado, consciente do problema da colonização, ao contrário de Alda Lara que se projeta num eu lírico que é inicialmente apenas observador e só mais tarde se vai tornando empático. Para esta diferença entre ambas contribuirão com certeza não só os contextos familiares e étnicos de cada uma, mas também a pequena, mas sensível, diferença de idades entre ambas, uma vez que as contribuições de Alda Lara para a *Mensagem* se dão quando é ainda muito jovem e a sua posição sofrerá, como assinalado, mudanças posteriores.

Por fim, quanto à participação de outras mulheres na *Mensagem*, ressalta-se a necessidade em investigar com mais profundidade essa presença. Entre essas autoras contam-se Lília da Fonseca, Ana Pereira do Nascimento, Marília Santos, Noémia Gabriela Tavira, Maria João Abranches, Maria do Céu, Carmo Marcelino e Manuela Margarido.

No que se refere a Noémia de Sousa (1926-2002), figura incontornável da poesia moçambicana e da militância política anticolonial, que também colaborou

na *Mensagem*, merece maior destaque, no âmbito desta introdução, a sua colaboração no jornal *O Brado Africano*, órgão do Grémio Africano,⁴ fundado em 1918 por João e José Albasini, e que deu continuidade ao jornal *O Africano* (1908-1918). Trata-se de dois jornais que foram expressão da chamada imprensa africana (Rocha 2000) também designada de imprensa negra (Zamparoni 1988), ou seja, escrita por elementos pertencentes às elites africanas letradas e dirigida à população africana alfabetizada, maioritariamente concentrada nas cidades coloniais. Ambos os jornais eram dedicados à defesa dos interesses da população africana e continham uma secção em língua ronga, uma opção que limitava a hegemonia da língua portuguesa como ferramenta de construção da opinião pública.

A colaboração de Noémia de Sousa em *O Brado Africano* ultrapassa a dimensão exclusivamente literária e, sobretudo, convoca, à semelhança de Alda Espírito Santo, a presença de mulheres não brancas na imprensa periódica colonial. Nascida na Catembe, numa família de múltiplas genealogias – africana, europeia e asiática – Noémia de Sousa integrava a elite das pessoas «assimiladas», de acordo com o regime jurídico estabelecido pelo governo português – categoria que, em Moçambique, ficou maioritariamente associada à categoria racial das pessoas mestiças. Noémia de Sousa publicou a sua produção poética em jornais e revistas, integrando também as antologias poéticas editadas pela CEI. Vigida pela PIDE devido às suas atividades políticas, saiu de Moçambique em 1951 para residir em Lisboa, mais tarde em Paris e, a partir de 1973, novamente em Lisboa, onde trabalhou como jornalista. De acordo com Hilary Owen, entre 1949 e 1951, Noémia de Sousa assumiu a direção da «Página para a Mulher» de *O Brado Africano*, na qual colaboraram também outras mulheres (Owen 2007, 24).

Os parágrafos que Owen dedica à atuação de Noémia de Sousa no referido jornal são dos poucos casos de análise deste material. Owen observa que sob coordenação da autora, a «Página para a Mulher» passou a ser um espaço mais abertamente político e não unicamente voltado para temas de cunho doméstico, como tinha sido desde o seu aparecimento em 1948. Assim, aos conteúdos mais alinhados com o modelo tradicional da página feminina – culinária, moda, cuidados infantis, etc. – acrescentaram-se matérias sobre cinema, educação, debates políticos e literatura, com reiteradas referências ao pan-africanismo norte-americano, à solidariedade negra e ao marxismo, no intuito de alimentar um discurso de oposição ao Estado Novo. A escolha dos materiais a serem publicados aponta para um público destinatário não unívoco, de acordo com o posicionamento político da autora. Se, por um lado, a necessidade de uma luta unitária fazia com que a «Página para a Mulher» se dirigisse a um público não exclusivamente feminino, por outro lado, «a mulher» convocada pelo título da página, era a «Mulher Africana»

⁴ O Grémio Africano de Lourenço Marques (mais tarde Associação Africana) foi fundado em 1908. Pese embora a predominância de pessoas mestiças, congregou «personalidades e toda uma elite de mestiços, negros e brancos, inicialmente sob o pivot de uma ideia fundamental – a educação dos «indígenas», a maioria da população» (Neves 2009, 189).

que precisava de assumir a sua herança negra, num claro apelo de cariz anti-assimilacionista (Owen 2007, 47-48).

Alargando o foco para lá da coordenação de Noémia de Sousa, Lilly Havstad aborda os conteúdos da «Página para a Mulher» no período entre 1948 e 1958, inserindo a sua análise no contexto das relações entre metrópole e colónias pós-Segunda Guerra Mundial. Havstad analisa a página procurando identificar as estratégias de construção da «mulher moderna», aprofundando também as tensões sociais e culturais experienciadas pelas mulheres de origens raciais múltiplas na sociedade colonial de Lourenço Marques. Focando artigos e cartas sobre moda e beleza, Havstad demonstra que estes tópicos, aparentemente fúteis, remetiam para questões de discriminação racial na cidade colonial. Também a análise da secção dedicada à culinária, revela a importância destes conteúdos para a construção identitária das mulheres de múltiplas origens, fundada numa valorização crescente das componentes africanas e indianas através da escolha de ingredientes e receitas «locais» (Havstad 2016, 20-23).

O estudo de Havstad abre múltiplas pistas, não apenas pelos temas abordados e pelas análises propostas, mas também pela menção de outras colaboradoras da «Página para a Mulher», algumas das quais, de acordo com a autora, assinavam os artigos com pseudónimos: Vera da Costa, Cigana, Gilda Motta, Marília Augusta, entre outras.

De acordo com Owen (2007, 24), existiam debates e diálogos entre as colaboradoras de *O Brado Africano* e as mulheres que escreviam noutra publicação de destaque, isto é, a revista *Itinerário. Publicação mensal de letras, arte, ciência e crítica*, editada entre 1941 e 1955 e considerada um marco da imprensa de oposição ao regime (Mendonça 2012). Tais debates deixam vislumbrar que, apesar das limitações objetivas e da efetiva exiguidade de colaboradoras, as mulheres e as suas vozes conseguiam «interferir» naquela «conversa entre homens» que foi a imprensa periódica colonial.

Os artigos reunidos neste dossier dão conta tanto da construção e regulação do espaço discursivo destinado às mulheres, frequentemente marcado pelo silenciamento, quanto do modo como as «interferências» das vozes das mulheres se deram nos diversos espaços e momentos do império, sobre temas distintos e a partir de posicionamentos ideológicos díspares, traçando um quadro de insuspeitada polifonia.

Ricarda Musser analisa artigos escritos para e por mulheres cabo-verdianas na revista *A Esperança*, cujos 12 números foram publicados em 1902 como suplemento literário do *Almanach Luso-Africano*, delineando também a participação de mulheres em publicações periódicas cabo-verdianas nas décadas anteriores, bem como o papel dos almanaques no século XIX. A autora mostra que as temáticas destas publicações se restringem ainda maioritariamente aos âmbitos que o patriarcado colonial atribuiu às mulheres. Já o artigo de **Sílvia Espírito Santo** apresenta um caso de ativismo político de uma mulher que, na década de 1920, lutou feroz-

mente contra o envio de mulheres condenadas (sobretudo portuguesas) para o Depósito dos Degredados em Luanda onde sofriam maus-tratos específicos por serem mulheres. A escritora e pedagoga Domingas Lazary do Amaral denunciou esta situação no jornal angolano *A Capital* e no jornal metropolitano *A Semeadora* e constitui um dos raros exemplos de um feminismo militante (embora ainda branco) na imprensa colonial da época.

Partindo de uma reflexão mais geral sobre os silêncios da história, o artigo de **Sandra Sousa** debruça-se sobre a quase total ausência das mulheres no *Boletim da Agência Geral das Colónias* (1925-1960), o maior órgão de divulgação e propaganda sobre assuntos coloniais do governo português. Exceção feita a algum caso pontual de colaboração de mulheres, o artigo mostra como o *Boletim* foi projetando uma narrativa essencialmente masculina do empreendimento colonial.

Por seu turno, **Aldina Marques, Isabel Margarida Duarte, Alexandra Guedes Pinto e Catarina Pinho** analisam a construção da imagem da mulher em três revistas do período do Estado Novo (décadas de 1930 e 1940). Abordando tanto invisibilidades quanto imagens construídas por e para as mulheres portuguesas da classe média-alta, as autoras ilustram o papel da imprensa periódica colonial na consolidação de códigos de representação do feminino promovidos pelo discurso do regime.

A escritora portuguesa Maria Archer, marginalizada pela historiografia da literatura portuguesa, está no foco de interesse do artigo de **Gemma Nadal**. Tendo vivido em vários espaços do império (Guiné-Bissau, Angola e Moçambique) e escrito literatura colonial na linha do regime, passou a denunciar, na sua obra, as violências de que as mulheres eram alvo e acabou por ser perseguida pela PIDE e exilar-se no Brasil. Nadal debruça-se sobre três dos seus artigos sobre matérias coloniais, publicados na revista *Portugal Colonial* nos anos 1935 e 1936, destacando certas ambiguidades no seu teor colonialista. Sublinhando trânsitos e diálogos ainda pouco explorados, Nadal realça a referência de Maria Archer a outra mulher de destaque da imprensa periódica colonial que nos leva para Goa, outro espaço do império: Propécia de Afonso Correia, evocada brevemente também no artigo de **Cielo Festino**, que aborda os contos da autora goesa Beatriz Ataíde Lobo e Faria publicados em vários jornais entre 1935 e 1953. Festino contextualiza a escrita desta autora tanto à luz das dinâmicas locais da sociedade goesa, quanto em diálogo como o modelo de mulher construído no Portugal da época, iluminando ecos e ressonâncias entre metrópoles e colónias.

Outros trânsitos são cartografados através da trajetória de Sofia Pomba Guerra, cujas colaborações na imprensa periódica de Moçambique são abordadas no artigo de **Pamela Peres Cabreira e Luís Carvalho** no que se refere à década de 1930, e no de **Ada Milani** quanto à década de 1940. Ambos os artigos revelam um perfil multifacetado e em rutura com o discurso dominante da mulher portuguesa nas colónias, de cunho quase oposto ao de Irene Gil, outra mulher portuguesa radicada em Moçambique, abordada por Ada Milani. Defensora do papel civilizador das mulhe-

res portuguesas nas colónias, Irene Gil tomou posições controversas, ao denunciar os maus-tratos sofridos por criadas e criados «indígenas».

A inclusão de um artigo sobre a imprensa brasileira do último quartel do século XIX neste dossier amplia a gama de tempos e contextos abordados contribuindo também para uma ampliação do conceito «imprensa colonial» a uma imprensa que já não é colonial em *stricto sensu* mas é produzida na lógica da colonialidade continuada. A independência brasileira de 1822 pode ser considerada a independência mais branca e conservadora da América Latina, visto que foi o filho do rei português que a declarou e que se tornou imperador do Brasil. O governo de Dom Pedro I permitiu que as elites económicas e políticas do Brasil Colónia, essencialmente brancas, continuassem a ser os principais detentores de poder – facto histórico com fortes repercussões na sociedade brasileira até aos nossos dias. O polo oposto desta «independência branca» constitui a «independência negra» do Haiti, alcançada em 1804 através de uma rebelião de escravos, único caso do seu género nas Américas. Mas também as independências das ex-colónias portuguesas na África, muito posteriores, conduzidas por elites maioritariamente negras e mestiças, em reação contra o colonialismo, diferem em muitos sentidos do caso brasileiro, em que se produziu um efeito de profunda colonialidade no país.

O termo colonialidade (Quijano 1992; Mignolo 2007) é construído em relação dialética com o termo colonialismo. Enquanto o colonialismo se refere sobretudo a uma prática visível externamente, isto é, ao exercício efetivo, físico e económico do poder – a ocupação indevida, porém oficialmente admitida, de um território, a exploração do seu povo e dos seus recursos, a opressão violenta, a escravidão ou matança e a cristianização forçada de seus habitantes – o termo colonialidade visa especialmente os efeitos invisíveis ou silenciados do colonialismo instituído sob o regime epistemológico ocidental: a contínua desvalorização discursiva das pessoas, culturas, conhecimentos e epistemologias não-ocidentais. Enquanto para pensadores como Quijano e Mignolo a categoria raça é o princípio fundamental da organização das sociedades coloniais, Maria Lugones (2008) alerta que a categoria género não é menos importante nos mecanismos de opressão e tem que ser tida em conta juntamente com a categoria raça. O efeito de colonialidade produz-se a nível das relações internacionais, mas também no interior de Estados independentes que (re)colonizam parte da sua população, seus cidadãos e cidadãs, servindo-se da hierarquização de seres humanos, naturalizada pelo colonialismo e expressada quase sempre em relações dicotómicas (homem/mulher, branco/negro, civilizado/indígena etc.). Convém falar, a este respeito, de «colonialismo interno», na senda de González Casanova (2006).

No caso brasileiro, a estrutura da sociedade pós-independência, oitocentista, em que vigoravam o patriarcado de corte ocidental e o racismo ainda ligado diretamente à experiência da escravatura, abolida pela Lei Áurea em 1888, justificam ler a imprensa da época como uma imprensa «colonial» no sentido da coloniali-

dade e do colonialismo interno. A supressão das epistemologias e formas de organização social outras – indígenas ou africanas – e a aposta no lema positivista «Ordem e progresso» da primeira República, proclamada em 1889, são exemplo da continuada imposição colonializante. Também o é a reação da imprensa brasileira ao assassinato do rei português, D. Carlos I, e do seu filho Luís Filipe, herdeiro do trono, em 1908 em Lisboa. O regicídio provocou uma onda de confraternização patriótica no meio jornalístico do Rio Grande, dominado por homens brancos, para com o antigo país colonizador. Lê-se, por exemplo, no jornal *O Tempo*, (8 de fevereiro de 1908) uma manifestação de solidariedade com Portugal impregnada por uma postura elogiante do colonialismo:

O Brasil não é mais do que um prolongamento de Portugal e este nada mais do que um prolongamento do nosso país. São dois povos quase fundidos num só. Um foi o descobridor do outro, foi o seu colonizador, o seu civilizador. O outro é o herdeiro e o perpetuador da sua língua, das suas tradições, das suas glórias (*apud* Alves e Monico 2016, 14).

No que diz respeito à imprensa brasileira do último quartel do século XIX, já há alguns estudos que questionam a participação das mulheres e a representação da imagem da mulher em diversos periódicos da época. Referimos aqui os artigos de Moema de Rezende Vergara (2007) sobre o jornal de divulgação de conhecimento científico, *O Vulgarizador: Jornal dos Conhecimentos Úteis* (1877-1880), de Priscila Salvaia (2016) sobre a representação das lutas feministas estrangeiras no jornal *O Globo* (Rio de Janeiro), na década de 1870, e de Cecília Vieira do Nascimento e Bernardo J. Oliveira (2007) sobre o periódico semanal *O Sexo Feminino*, publicado em Campanha, Minas Gerais, também na década de 1870.

No concerto das publicações periódicas brasileiras produzidas por, para e sobre mulheres podem-se observar algumas tendências feministas libertadoras como também muitas reservas, tensões e tendências colonializantes. É, contudo, visível que o termo «mulher» é entendido na grande maioria das vezes como mulher branca burguesa, portanto, descendente das elites coloniais. As mulheres indígenas, negras e mestiças raras vezes estão no centro de interesse da imprensa da época. Tanto mais que urge lembrar as críticas que foram levantadas pelas feministas negras estadunidenses (e apoiadas em outras latitudes) que alertavam que o termo «mulher» na esmagadora maioria dos casos é utilizado – na ciência como na política – para falar da mulher branca e quase sempre de classe média e alta, enquanto o termo «negro» (*black*) é utilizado para referir-se ao homem negro. A mulher negra, desta maneira, torna-se uma categoria invisível, um sujeito sem importância, insignificante, nos discursos de poder (hooks 1982, Crenshaw 1995). Daí a necessidade da reivindicação de abordagens interseccionais que tenham em conta que cada corpo é sempre ao mesmo tempo sexualizado e racializado e que levem estas diferenciações para o plano da visibilidade.

Cristiane Tolomei apresenta uma análise que, mais uma vez, coloca a interseccionalidade entre gênero e racialização em primeiro plano. A contribuição versa sobre a escritora brasileira negra Maria Firmina dos Reis (1822-1917), colaboradora de vários jornais do Maranhão da época e marginalizada pelos estudos da literatura brasileira. O artigo debruça-se sobre o conto «A escrava» que Firmina publicou na *Revista Maranhense* em 1887 e que, para Tolomei, apresenta uma perspectiva decolonial que se contrapõe ao racismo e sexismo coloniais.

Pela diversidade de espaços, épocas, publicações e figuras abordadas, este dossier proporciona um quadro diversificado da presença das mulheres na imprensa periódica colonial, uma presença que se deu entre silêncios e interferências, entre cumplicidades e resistências, como também demonstram os outros casos de colaboradoras focados nesta introdução. «Filhas da terra», como no caso de Dominga Lazary do Amaral; portuguesas da classe média, mas com posicionamentos ideológicos distintos, como Irene Gil e Sofia Pomba Guerra; feministas que, porém, não tiveram um pensamento crítico e de rutura sobre a questão colonial, como Maria Archer; escritoras negras, como Maria Firmina dos Reis, Alda Espírito Santo ou Noémia de Sousa: as mulheres a que se refere o título deste dossier estão longe de constituir uma categoria unitária. Por outro lado, acreditamos que a imprensa periódica colonial representa um arquivo multifacetado e complexo do qual, analogamente ao que afirma Peter Hulme em relação ao discurso colonial, «nenhuma história regular surge, mas, sim, uma série de fragmentos que, lidos especulativamente, sugerem uma história que nunca pode ser totalmente recuperada» (Hulme 1986, 12).

Referências bibliográficas

- Alves, Francisco das Neves, e Reto Monico. 2016. *O regicídio português nas páginas da imprensa rio-grandina*. Lisboa/Rio Grande: CLEPUL, IECC, Biblioteca Rio-Grandense. Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/20161023-francisco_das_neves_alves_reto_monico_2016.pdf [Consultado em 29 de abril de 2019].
- Anderson, Benedict. 1991. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- Burton, Antoinette. 1994. *Burdens of History: British Feminists, Indian Women, and Imperial Culture, 1865-1915*. Chapel Hill, NC/London: The University of North Carolina Press.
- Casimiro, Isabel Maria. 2005. «Samora Machel e as Relações de Gênero». *Estudos Moçambicanos* 21: 55-84. Disponível em http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/21/20050900_smm_e_relacoes_de_genero.pdf
- Codell, Julie, ed. 2003. *Imperial Co-histories: National Identities and the British and Colonial Press*. Madison, WI/Teaneck, NJ: Fairleigh Dickinson University Press.
- Cooper, Fredrick, e Ann Laura Stoler, eds. 1997. *Tension of Empire. Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley, CA/London: University of California Press.
- Crenshaw, Kimberlé. 1995. «Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color». In *Critical Race Theory: The Key Writings That Formed the Movement*, organizado por Kimberlé Crenshaw, Neil Gotanda, Gary Peller, e Kendall Thomas, 357-383. New York: The New Press.

- Espírito Santo, Alda. 1949. «Luares de África». *Mensagem* 7: 12-14.
- Espírito Santo, Alda. 1959. «Para lá da praia». *Mensagem* 2: 21.
- Espírito Santo, Sílvia. 2015. «Representações femininas do império na primeira metade do século XX». *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* 34: 89-104.
- Ferreira, Ana Paula. 1996. «Home Bound: The Construct of Femininity in the Estado Novo». *Portuguese Studies* 12: 133-144. JSTOR: <https://www.jstor.org/stable/41105752>
- González Casanova, Pablo. 2006. «Colonialismo interno [Una redefinición]». In *La teoría marxista hoy. Problemas y perspectivas*, organizado por Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González, 409-434. Buenos Aires: CLASCSO.
- Havstad, Lilly. 2016. «Multiracial Women and the African Press in Post-World War II Lourenço Marques, Mozambique». *South African Historical Journal* 68 (3): 390-414. DOI: <https://doi.org/10.1080/02582473.2016.1230643>
- Hedges, David, e Arlindo Chilundo. 1999. «A contestação da situação colonial, 1945-1961». In *Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. História de Moçambique*. Vol. 2. 2.^a ed. Organizado por David Hedges, 197-248. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Imprensa Universitária.
- hooks, bell. 1982. *Ain't I a Woman. Black Women and Feminism*. London. Pluto Press.
- Hulme, Peter. 1986. *Colonial Encounters: Europe and the Native Caribbean 1492-1797*. London: Methuen.
- Lara, Alda. 1948a. «Os colonizadores do século XX». *Mensagem* 1: 2-10.
- Lara, Alda. 1948b. «Regresso». *Mensagem* 1: 17-19.
- Lara, Alda. 1949. «Rumo». *Mensagem* 8-9-10: 5.
- Laranjeira, Pires. 1996. «Introdução: uma casa de mensagens anti-imperiais». In *Mensagem. Casa dos Estudantes do Império*. Vol. 1. Dirigido por Manuel Ferreira e Orlanda Amarílis, XI-XXXI. Lisboa: Edições ALAC.
- Levine, Philippa, ed. 2004. *Gender and Empire*. Oxford: Oxford University Press.
- Lugones, María. 2008. «The Coloniality of Gender». *Worlds & Knowledges Otherwise* 2 (2): 1-17. Disponível em <https://globalstudies.trinity.duke.edu/projects/wko-gender>
- Lugones, María. 2010. «Toward a Decolonial Feminism». *Hypatia* 25 (4): 742-759. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2010.01137.x>
- Margarido, Alfredo. 1962: «Esboço de interpretação da poesia de Alda Lara». *Mensagem* [?]: 12-19.
- McKlintock, Anne. 1995. *Imperial Leather*. New York: Routledge.
- Mendonça, Fátima. 2012. «Dos confrontos ideológicos na imprensa em Moçambique». In *Os outros da colonização*, organizado por Cláudia Castelo, Omar Ribeiro Thomaz, Sebastião Nascimento, Teresa Cruz e Silva, 193-220. Lisboa: ICS.
- Mignolo, Walter D. 2007. «Delinking. The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality». *Cultural Studies* 21 (2-3): 449-514. DOI: <https://doi.org/10.1080/09502380601162647>
- Owen, Hilary. 2007. *Mother Africa, Father Marx: Women's Writing of Mozambique. 1948-2002*. Lewisburg, PA: Bucknell University Press.
- Padilha, Laura Cavalcante. 2012. «Sobre mulheres, cânones, silêncios e enfrentamentos». *Diadorim* 11: 209-223. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3965>
- Paredes, Margarida. 2015. *Combater duas vezes. Mulheres na luta armada em Angola*. Vila do Conde: Verso da História.
- Pimentel, Irene Flunser. 2001. *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.
- Pires, Leonor. 2015. *Um Império de Papel*. Lisboa: Edições 70.

- Quijano, Aníbal. 1992. «Colonialidad y modernidad/racionalidad». *Perú Indígena* 13 (29): 11-20.
- Ribeiro, Margarida Calafate. 2007. *África no feminino*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rocha, Ilídio. 2000. *A Imprensa de Moçambique: História e Catálogo (1854-1975)*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Salvaia, Priscila. 2016. «Notícias d'além-mar: o tema do sufrágio e da cidadania das mulheres na imprensa brasileira oitocentista». *Clio* 34 (1): 6-25. DOI: <https://doi.org/10.22264/cli.issn2525-5649.2016.34.1.do.6-25>
- Scott, Joan. 1986. «Gender: A Useful Category of Historical Analysis». *The American Historical Review* 91 (5): 1053-1075. DOI: <https://doi.org/10.2307/1864376>
- Stoler, Ann Laura. 1989. «Making empire respectable: the politics of race and sexual morality in 20th-century colonial cultures». *American Ethnologist* 16 (4): 634-660. DOI: <https://doi.org/10.1525/ae.1989.16.4.02a00030>
- Vergara, Moema de Rezende. 2007. «'Cartas a uma senhora': questões de gênero e a divulgação do darwinismo no Brasil». *Estudos Feministas* 15 (2): 383-398. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200006>
- Zamparoni, Valdemir. 1988. «A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de 'O Africano' 1908/1920». *África* 11: 73-86.

Jessica Falconi. Investigadora auxiliar do CEsa-Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina do ISEG, Universidade de Lisboa. Doutora em Estudos Ibéricos pela Universidade de Nápoles L'Orientale, é autora de artigos e capítulos de livros sobre literaturas africanas em português. Co-editou os livros *Nação e Narrativa Pós-colonial IV. Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Entrevistas* (2018); *Representação e autorepresentação no espaço africano lusófono* (2016); *Nação e Narrativa Pós-colonial II. Angola e Moçambique. Entrevistas* (2013).

Endereço eletrónico: jessicafalconi@iseg.ul.pt

Doris Wieser. Doutora em Literatura Ibero-românica pela Universidade de Göttingen com uma tese sobre romance policial na América Latina. Foi bolseira de pós-doutoramento da Fundação Alexander von Humboldt, na Universidade de Lisboa. É investigadora FCT no Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde desenvolve os projetos «Identidades nacionais em diálogo: construções de identidades políticas e literárias em Portugal, Angola e Moçambique (1961-presente)» (IF/00654/2015) e «Feminismos e dissidência sexual e de gênero no sul global».

Endereço eletrónico: dwieser@letras.ulisboa.pt